



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 593, DE 2023

(Do Sr. Kim Kataguiri)

Regulamenta o art. 5º, IV da Constituição Federal, dispondo sobre garantias para o exercício da liberdade de expressão

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3504/2021. EM DECORRÊNCIA DESSA APENSAÇÃO, DETERMINO A INCLUSÃO DA CCULT E DA CCOM NA DISTRIBUIÇÃO DA MATÉRIA, QUE PASSA A TRAMITAR EM REGIME DE PRIORIDADE.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

“Art. 8º-D. As redes sociais poderão ter moderação, exercida por pessoas físicas ou de forma automática.

§1º. O usuário deverá ser informado se a moderação é exercida por pessoas físicas ou de forma automatizada e sobre os critérios usados para a tomada de qualquer decisão que o prejudique de qualquer forma.

§2º. A decisão que prejudicar o usuário deverá ser fundamentada de forma objetiva, apontando-se a política que foi violada.

§3º. Em nenhuma hipótese admite-se a exclusão de conteúdo por conta de mera manifestação de pensamento ou crítica.

§4º. A moderação poderá excluir de imediato o conteúdo de que tratam os arts. 240 a 241-E da Lei 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), devendo o contraditório ser oportunizado após a exclusão e as autoridades policiais imediatamente notificadas.

§5º. Quando as regras da rede social impedirem a veiculação de material pornográfico, qualquer material com tais características poderá ser excluído de imediato”.

Art. 9º. A Lei 1.079, de 1951 passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 7º.....

.....

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

11 - Promover ou incitar qualquer ato de censura ou que coíba a livre manifestação de pensamento ou crítica”.

Art. 10. O art. 142 do Decreto-Lei 2.848, de 1940 (Código Penal), passa a vigor com o seguinte inciso IV:

“Art. 142.....

.....

IV - A crítica, mesmo que grosseira ou injusta, a qualquer pessoa que ocupe ou tenha ocupado cargo público, bem como a pessoa que esteja sujeita à atenção midiática por conta de atividade intelectual, profissional ou artística.”

Art. 11. O art. 186 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 186.....

Parágrafo único. Não constitui dano moral a crítica ou a manifestação de pensamento desabonador, mesmo que a crítica ou o pensamento sejam injustos, exagerados ou grosseiros”.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal (UNIÃO-SP)

Apresentação: 17/02/2023 10:33:02.493 - Mesa

PL n.593/2023

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo regulamentar o direito constitucional à liberdade de expressão. Como sabemos, atualmente o Brasil passa por uma crise no âmbito das liberdades públicas: de um lado, um pequeno grupo deturpa a liberdade de expressão para fomentar ações criminosas, tais como a ocorrida em Brasília em 8 de janeiro de 2023; de outro, um grupo ligado ao governo planeja impedir ou restringir o direito de expressão e de crítica, tendo sido até mesmo criado, ilegalmente, um órgão no âmbito da AGU para o exercício de censura.

O presente projeto tem como objetivo pôr fim - ou pelo menos contribuir - às discussões sobre os limites da liberdade de expressão, dando mais segurança jurídica à sociedade.

Faço aqui um resumo de cada dispositivo e de seu objetivo. Antes, porém, lembro que a liberdade de expressão, como regra, não admite maiores restrições. Uma sociedade livre é uma sociedade em que todos podem criticar quem quer que seja e falar sobre tudo.

Pois bem, o art. 2º do projeto dispõe, nos termos da Constituição Federal, que é livre a liberdade de expressão, sendo vedado o anonimato. Protege-se o uso de pseudônimos, como, aliás, já é feito pela lei civil brasileira. O artigo repete os termos da Constituição Federal com o objetivo de estruturar o resto do projeto e lembrar que a regra constitucional prevê a ampla liberdade.

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237686370900>



CD237686370900
exEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

O art. 3º dispõe que a liberdade de expressão se dá pela difusão do pensamento em qualquer meio, ou seja, por meio da fala, da escrita, em ambiente público ou virtual. A manifestação de pensamento não deve ficar restrita a um meio ou mídia específica.

O art. 4º dispõe que a liberdade de expressão engloba qualquer crítica, em especial críticas ao governo, à conduta pessoal de quem quer que seja, o humor e a sátira (conforme, aliás, já definiu o STF), ao regime político, às leis e decisões judiciais. Em uma sociedade livre, ninguém está livre de crítica ou de sátira e ninguém deve ter medo de criticar quem quer ou o que quer que seja.

O art. 5º prevê que nenhum órgão administrativo pode julgar o acerto ou desacerto de críticas, protegendo as pessoas de ações arbitrárias e autoritárias por parte do governo. O artigo também prevê que o poder Judiciário fará julgamentos objetivos, sem entrar no mérito do acerto ou do desacerto da crítica, devendo apenas exercer juízo condenatório no caso de crimes contra a honra ou da divulgação de informações objetivamente falsas.

O art. 6º prevê que toda pessoa ou ideia é passível de crítica. Com isso, pretendemos preservar as pessoas que exercem seu direito de liberdade de expressão contra abusos dos detentores do poder - seja ele político ou econômico - que muitas vezes as assediam com processos judiciais.

O art. 7º dispõe que há presunção de regularidade de crítica ou liberdade de expressão, o que significa que cabe a quem pleiteia uma indenização ou outra tutela jurisdicional comprovar que a crítica ou manifestação de pensamento contém crime contra a honra ou fato objetivamente falso.

O art. 8º altera o marco civil da internet para que as redes sociais, ao fazerem a moderação, informem de forma específica o motivo da exclusão de conteúdo, indicando precisamente qual política da rede social foi violada pelo usuário. Permite-se a exclusão imediata de conteúdo que tenha pornografia infantil, determinando-se que as redes sociais

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados
Anexo IV, 7º andar, gabinete 744
dep.kimkatgui@camara.leg.br
CEP 70160-900 - Brasília-DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Katagui
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237686370900>





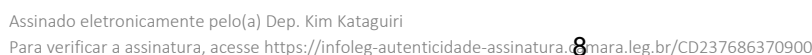
PL n.593/2023



Sala das Sessões, (data)

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

LexEdit



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-04-23;12965
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-07-13;8069
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1950-04-10;1079
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940-12-07;2848
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-01-10;10406

FIM DO DOCUMENTO